

POLÍTICA EDUCACIONAL, GLOBALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Maria de Fátima Monte Lima¹
Tânia Maria Hetkowski²

A reflexão que pretendemos realizar no âmbito das Políticas Educacionais no Brasil, diz respeito as ações e programas na área de Educação à Distância e a inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação neste campo. Pretendemos pois, pontuar alguns limites e possibilidades das políticas que orientam essa prática educativa.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, assim como as Políticas em Educação e em especial as ações em Educação à Distância, atualmente apontam para o cruzamento de caminhos da Educação e da Comunicação na busca de formar um cidadão que atenda às necessidades impulsionadas pelas transformações tecnológicas e a produtividade de forma expressiva, sob a égide de um novo patamar cultural.

Tentaremos a partir de então, tomar alguns elementos que consideramos básicos no processo de reestruturação produtiva, na tentativa de elucidar no cenário das transformações mundiais, o aparecimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação, enquanto inovações tecnológicas do setor produtivo e a sua relação com as Políticas Sociais. Posteriormente, sua conseqüente inserção na Política Educacional e na Educação à Distância, com ênfase na tecnologia e no desenvolvimento.

GLOBALIZAÇÃO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

No plano mundial o capitalismo intensifica o processo de mudança de sua base técnica e organizacional cedendo lugar às concepções neoliberais que não só conquistam a hegemonia na condução dos destinos dos vários países, como passam a dirigir os principais organismos financeiros internacionais do tipo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, os quais terão uma importância decisiva nas

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia/UFBA - e Professora da Universidade Federal de Sergipe/EFS.

² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Bahia/UFBA - e Professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC/Joaçaba.

políticas públicas, principalmente nos países pobres e em desenvolvimento como o Brasil.

As políticas sociais neoliberais possuem como fio condutor de suas ações a utilidade e a competitividade na defesa da idéia de que o mercado é o grande instrumento de regulação social. Eficiência e produtivismo, são consideradas peças fundamentais na reestruturação do capital, tanto que na análise das empresas, dos vários setores de atividade, bem como das economias nacionais, dados relacionados a lucratividade e competitividade são os mais importantes.

No que se refere às implicações sociais das transformações em curso, a política econômica realça como aspectos positivos, “a tendência ao emprego de uma mão-de-obra qualificada, escolarizada e econômica”, dedicando pouca atenção aos reais problemas produzidos pela estrutura capitalista, mais precisamente, as conseqüências advindas do seu atual processo de reconversão produtiva mundial, como a segmentação do mercado de trabalho, o aumento da miséria o enfraquecimento de importantes formas de organização da sociedade civil, como os sindicatos e comissões de empresa, movimentos sociais...

Na educação também fica bem visível tal tendência ideológica, na medida em que as políticas educacionais consideram as questões básicas da educação, simplesmente questões técnicas derivadas da eficácia/ineficácia, eficiência /ineficiência na gestão e administração dos recursos materiais e humanos, gerando todo um processo de deslocamento da gestão com aparência de descentralização que na verdade descaracteriza a forma do sistema atual. A noção de conflito perde então, a legitimidade e o que passa a importar é a cooperação que viabilizará a produtividade. Esta por sua vez, solucionaria o conjunto de problemas que, segundo tal concepção, são comuns a todas as classes e camadas sociais. Um exemplo disto é o Programa de Comunidades Solidárias.

A não expressão das contradições produzidas no processo atual de acumulação capitalista aparenta uma realidade onde tudo se passa como se esse processo fosse algo simplesmente determinado pela tecnologia e não um processo de construção social reafirmando um pretenso privilégio da razão técnica sobre a razão social.

Apontada e discutida por diferentes autores, como François Chesnais, (1994) Otávio Ianni (1997), Renato Ortiz (1998), David Harvey (1993), Milton Santos

(1996) entre outros, talvez, seja a globalização uma das temáticas mais eloqüentes do processo de internacionalização da economia. Vista apenas pela perspectiva ideológica e neoliberal, é uma inexorabilidade do avanço tecnológico. A compreensão das atuais conexões entre o capital e o Estado no entanto, impõe a necessidade da “desnaturalização” dos processos de globalização uma vez que a história do capital globalizado, não se origina neste século.

Apontada como ideologia do neoliberalismo no fim do século XX, guardadas as devidas proporções, diferentemente, a globalização como um dos elementos do modo de produção capitalista, constitui-se segundo Vilas (1999, p. 25), “de uma dimensão processual de expansão do capitalismo desde suas origens mercantis em algumas cidades da Europa nos séculos XIV e XV como dimensão particularmente dinâmica do capitalismo e, como efeito de sua vocação expansiva em relação a territórios, populações, recursos e experiências culturais”. O que modifica todo um complexo de sociabilidade mundial, reconstituindo todo o mundo do trabalho e da economia, assim como o da política e da cultura. Esta perspectiva traz outras possibilidades de compreender o fenômenos sociais pois, em sua totalidade sinaliza fortemente a força da diversidade do real no atual momento histórico.

François Chesnais (1994, p.51), ao analisar o processo de mundialização do capital, sinaliza que este reforçou as políticas de liberação e desregulamentação, na medida em que veio acompanhada da difusão das Tecnologias da Informação e da Comunicação, aquelas que contribuíram com a crise do sistema fordista. A mundialização do capital fez com que explodissem as três formas institucionais que durante os últimos cinquenta anos, permitiram a regulação social por conta dos Estados-nação.

- *Trabalho assalariado enquanto forma predominante de inserção social e de acesso à renda;*
- *Um sistema monetário internacional fundado sobre taxas fixas de câmbio;*
- *A existência de instituições nacionais suficientemente fortes para impor uma disciplina ao capital privado.*

A mundialização do capital portanto, está intimamente associada à destruição dessas formas de regulação nacional e internacional. Assim, condena milhões de assalariados e jovens ao desemprego estrutural, isto é, à marginalização e à

exclusão e confia a moeda e finanças à anarquia dos 'mercados'. Os Estados tiveram sua capacidade de intervenção drasticamente reduzida depois que os governos e as elites dos principais países capitalistas avançados deixaram que o capital - dinheiro se convertesse numa força incontrolável.

Garnham (1985, p.139), amplia essa interpretação contribuindo com mais outros fatores, responsáveis pela desregulamentação atual, o desenvolvimento na prática dos negócios, de operações transnacionais e multiplantas e, em especial a internacionalização do setor financeiro, que transformam as telecomunicações em um recurso da mais alta prioridade para as empresas, tanto no que se refere aos custos, quanto à eficácia e à competitividade da firma.

Na base desse desenvolvimento, há uma forte relação entre os movimentos de globalização e de mudança estrutural dos sistemas de comunicação começando pela rede mundial de telecomunicações. É notável a expansão das telecomunicações e dos grandes sistemas de processamento, armazenamento e transmissão de informações que vieram na esteira da revolução micro-eletrônica, responsável principal pela transformação em curso. Atualmente, no mundo do trabalho e da economia, a automação, a robótica, a computadorização, a cibernética, respondem pelas necessidades de expansão do capital em âmbito mundial, e como consequência desse movimento, as próprias estruturas dos governos nacionais passam a aglutinar-se em torno do poder econômico internacional.

O setor das comunicações e, em especial o das telecomunicações, se configura como elemento central para a rearticulação do padrão de desenvolvimento capitalista, acompanhado de mudanças de ordem tecnológicas e econômicas que obrigam cada ator individualmente, empresa e principalmente, ao Estado a alterar estratégias e procurar novas alianças. As novas conexões irão determinar uma importância decisiva para própria reprodução social de cada Estado - nação. Isto porque a tendência à concentração do capital, a sua necessidade de competitividade e organização monopólica em escala internacional, carecem de um intervencionismo dos Estados - nacionais.

O Estado - nação sofre então, um reordenamento em suas funções de planejador, interventor e controlador da economia e da sociedade e fortalece as suas conexões com o Estado hegemônico a partir das articulações com o capital transnacional, reforçando os blocos de poder a nível local, reafirmando uma

burguesia regional e transnacional, global, reconstituindo as classes sociais ou melhor frações de classe.

Desse modo, a existência de um sistema financeiro internacional globalizado, funcionando fora do controle dos estados nacionais, fragiliza o Estado nacional diante do capital internacional, fazendo com que a capacidade de uma política nacional autônoma seja cada vez mais limitada. Um exemplo disso, foi a Política de Reserva de Mercado da Informática no Brasil nas décadas de 70 e 90.

O recuo em parte ou retirada do Estado, estrategicamente nas políticas de previdência social, saúde, educação, salários e preços mínimos, possui como objetivo estimular, nacionalmente a expansão do capital nesses setores, ampliando o mercado de capitais global. O exemplo mais forte disso, é a privatização das Telecomunicações no Brasil. Ela amplia a participação do capital global e restringe os interesses de acesso local. Temos uma prova disto no setor educacional mais amplo, quando analisamos a aprovação da Lei geral das Telecomunicações - lei 9.472, em julho de 1997 que regulamentou o processo de privatização, sem a regulamentação do artigo 81, que criou o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST, e que somente veio a ser regulamentada três anos depois.

Preto (1999 , p.22), afirmava que com o sistema de telefonia nas mãos do Estado não se conseguiu um plano de universalização de acesso que garantisse a conexão das escolas, agora com o sistema privatizado permanece a dúvida sobre como isso será alcançado. Hoje percebemos pelo movimento da Sociedade da Informação como pouco avançamos nessa trajetória. Em 1999 foi criado pelo governo federal sob a coordenação do Ministério de Ciência e Tecnologia o Programa Sociedade da Informação que tem como objetivo, segundo o Livro Verde, “ integrar, coordenar e fomentar ações para utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade, e, ao mesmo tempo contribuir para que a economia do país tenha condições de competir no mercado global. A execução do Programa pressupõe o compartilhamento de responsabilidade entre os três setores : governo, iniciativa privada e sociedade civil.” (2000 : 10).

Com arrancada do Programa da Socinfo em busca do desenvolvimento econômico, após um período de esquecimento, o FUST ressurgiu vindo à tona, uma

vez que os seus recursos irão garantir a exequibilidade de boa parte das ações da Socinfo. No início os recursos advindos do FUST iriam garantir quase todas as ações no campo educacional relacionadas com a Tecnologia da Informação e da Comunicação. Hoje, disputa com as ações do campo da saúde, do meio ambiente, da cultura ... ficando cada vez menor a fatia de contribuição para os empreendimentos educacionais públicos.

A Socinfo tem objetivos fortes específicos que denunciam o seu interesse básico na direção da competitividade injetando recurso para capacitação do uso dos computadores ligados em redes para habilitar o cidadão ao consumo cada vez maior. De outro lado, ficam fora programas e ações que universalizem a educação comprovando uma preocupação apenas com o acesso às informações e não à participação da produção e apropriação do valor que elas produzem. O FUST irá universalizar o acesso ao consumo, anuncia o Ministério das Comunicações, já o Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT, anuncia que a Internet vai chegar de graça a comunidades carentes desde 31 de janeiro de 2001 pois, o FUST irá financiar a instalação da Internet em todas as escolas públicas e postos de saúde das regiões pobres do país.

Para os pobres, o Brasil produzirá um computador por R\$400,00 que apenas recebe as informações como os celulares digitais com acesso a Internet cujo objetivo é meramente comercial, disponibilizando dados econômicos para os seus usuários etc. O computador dos pobres tem interesse em divulgar informações outras que leve esta classe social a consumir na medida em que divulgará os valores da sociedade capitalista. Esta é uma das muitas exigências do Banco Mundial e do FMI, para os países pobres. Coincidentemente em Bangarole na Índia país pobre e populoso, as intenções são as mesmas, em 4 de maio de 2001 o Le Monde registrou que os indianos desenvolvem computador dos pobres. Um computador que cabe em uma mão com tela tátil e que “fala” as diversas línguas praticadas na Índia o que o torna por um lado, acessível aos milhões de indianos. Seu preço de venda recomendado em nossa moeda é de R\$400,00, o que fica totalmente à margem das possibilidades econômicas de um aldeão indiano como de um camponês brasileiro. Em termos mercantis foram mais sábios, não precisam alfabetizá-los para consumi-los, não é preciso entender muito o que ouvem é preciso que ouçam.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

No caso da educação, o Estado realiza a função institucional de elaborar e implementar suas políticas públicas objetivando-as através das novas diretrizes educacionais. A educação deverá cumprir funções políticas e ideológicas que consolidam a funcionalidade do Estado. O Banco Mundial e governo atual, reservam à Educação, segundo Neves (1999, p. 134-135), o papel de mola propulsora do desenvolvimento, na condição de base para o uso eficiente de novas tecnologias e para adoção de novas formas de organização do trabalho, na medida em que “ao definir as metas das políticas industrial, tecnológica e do comércio exterior, o governo se propôs a articular as ações do Governo e do setor privado para propiciar instrução e qualificação necessárias aos trabalhadores, estimulando a maior integração entre empresa e escola”, ou mesmo como investimento estratégico para garantir o desenvolvimento econômico e a plena cidadania.

As Tecnologias da Informação e da Comunicação e a nova situação mundial exigem a chamada Educação Continuada, recorrendo a uma reformulação da educação de forma a possibilitar a adaptação do educando às novas tecnologias e às necessidades de mercado, de modo muito ágil e em curto prazo. A educação como formadora de novas competências e a comunicação através dos novos artefatos técnico-científicos, passam então, a se relacionar diretamente com a infraestrutura básica para o desenvolvimento econômico e social, expondo e ocultando ao mesmo tempo, uma profunda contradição, a de que no mundo atual, apenas um terço da população vai conseguir integrar-se ao mercado de trabalho.

Ficam claros os limites impostos pelo Estado de restrição social e aprofundamento da lógica da exclusão/inclusão. Preparar indivíduos educacionalmente para o mercado global não significa preparar qualquer indivíduo, aqueles selecionados socialmente, isto é, com menos risco de fracasso, serão os mais facilmente capacitados, os que irão realizar um trabalho complexo, e por isto o sistema irá direcioná-los para as atividades curriculares e para a estrutura organizacional do ensino superior a fim de capacitar esta fatia da força de trabalho a se adaptar produtivamente à ciência e as tecnologias transnacionais, as TIC-oferecendo à sociedade homens capazes de organizar a nova cultura empresarial.

Para Neves (1999, p.195) “aqueles que vão realizar o trabalho simples, o sistema direciona os seus conteúdos curriculares e sua estrutura organizacional para aumentar o patamar mínimo de escolarização. Este patamar se traduz na aquisição de conteúdos mínimos de natureza científico tecnológica e de normas de conduta que capacite essa parcela da força de trabalho a operar com produtividade as novas máquinas e adaptar-se aos novos requerimentos de sociabilidade da nova organização do trabalho e da produção, inerentes ao paradigma da automação flexível, presente nas exigências das agências internacionais”. Assim sendo, ao conceito de Educação à Distância articulam-se os conceitos de empregabilidade e competência, mediadas pelas habilidades computacionais, referentes ao domínio das novas tecnologias, restringindo todo o caráter socializador da educação e de produtora de conhecimentos.

No nível da educação, ainda, os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN's- se encarregaram de dar ênfase as possibilidades das TIC no processo de ensino - aprendizagem, portanto, para que os que estão na escola parece se abrir perspectivas internas e externas, na medida em que as ações propostas nos programas de governo relativos a EAD e a Educação Tecnológica como a TV Escola, Proinfo e Telecurso 2000, dentre outros, deveriam se desenvolver conforme os PCN's. Isto é, no sentido de orientar a exequibilidade das competências e habilidades tecnológicas através do domínio das tecnologias disponíveis institucionalmente, modificando a instrução e qualificação dos educandos.

O texto dos PCN's sugere que se produzam alterações nos processos comunicacionais e educacionais de aprendizagem ampliando-se a inserção da cultura tecnológica na prática pedagógica, facilitando a possibilidade de se comunicar globalmente, transformando os alunos em agentes de novas formas culturais. O uso do computador permite a cooperação e interações que transformam o ambiente de aprendizagem, no entanto, a consolidação desses processos implica na formação contínua dos professores assim como, na aprendizagem contínua dos alunos frente a essas tecnologias.

Tomemos para efeito de ilustração as concepções e os objetivos acerca de Tecnologia Educacional presentes nos discursos da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional e das Políticas Educacionais na década de 70. A Associação Brasileira de Tecnologia Educacional tinha como objetivo inserir a Tecnologia

Educacional na escola brasileira, fundamentalmente, o computador, de modo sistemático e generalizado para planejar e avaliar o processo de aprendizagem e da instrução em termos objetivos e específicos. Em poucas palavras o que se desejava apesar da generalidade do objetivo era avaliar o produto educativo no âmbito da qualificação de mão - de - obra para o trabalho.

Na década de 80 a ABNT aproximou-se mais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN e acolheu literalmente como finalidade o seu princípio de “ desenvolvimento integral do homem inserido na dinâmica da transformação social, “ o mesmo que se encontrava presente no Programa de Educação Continuada - EDUCOM ”. A presença da Educação Continuada revela a importância e a necessidade de permanência de uma ação educativa pública que contemplasse não somente um Programa como outros existentes na história da Tecnologia Educacional, mas uma ação contínua como imposição do mercado.

Já nos idos de 90, a ABNT insatisfeita em apenas reproduzir as expectativas do sistema, tenta inovar no discurso buscando um uso das Tecnologias Educacionais na escola de modo crítico e reflexivo, com vistas à melhoria qualitativa do processo educativo, num trabalho sempre ligado aos objetivos e princípios pedagógicos traçados pela escola. Utiliza então, o mesmo princípio e aprofunda a discussão crítica investindo no discurso da melhoria de qualidade no processo educativo. O processo de conceitualização expressa toda uma dinâmica social atravessada pelas lutas hegemônicas onde o cerne da questão é o público e o privado. Desse modo, tanto na concepção quanto aplicação, a questão das tecnologias ocorre na arena de discussão do público/privado, e, cada dia mais fica expresso em seus atos e linhas a tendência à atender de modo privilegiado ao Estado, que agora não possui mais o divisor de águas, cada vez mais o local aproxima-se das normas e regras globais.

A globalização é o ápice do processo de internacionalização contando de um lado com o estado das técnicas e de outro com o estado da política. E, neste sentido, no século XX, a técnica exerceu um papel essencial na emergência das redes digitais como já colocado anteriormente, no mercado global, desenfreado uma corrida no desenvolvimento das habilidades e competências que contribuam para a valorização do próprio mercado.

Na história da humanidade as técnicas se fazem presentes contribuindo fortemente com o processo de financeirização do conhecimento, mais

especificamente da ciência tornando-a força produtiva, hoje. No caso atual das redes a comunicabilidade das ações e a aceleração das informações são definidoras para a reestruturação produtiva em curso. Essa instantaneidade faz a diferença das situações anteriores, é algo qualitativamente novo que atrai um número ascendente de indivíduos, redes e organizações públicas e privadas. Como são potencialmente funcionais, os governos foram assumindo-as como uma saída para crise gerando as ações com ênfase nas Tecnologias da Informação e da Comunicação e construindo políticas que conformam os diferentes setores sociais. O seu último investimento foi o Programa da Sociedade da Informação, uma tentativa de reestruturar o espaço público uma vez que, a partir da unicidade das tecnologias da qual o computador é uma peça central, é que surgem as possibilidades de existência de uma finança universal responsável pela produção a nível global da mais - valia mundial.

Tudo isso, encontra - se relacionado a uma outra característica das TIC que é a do tempo real, convergindo na mesma hora os momentos vividos, ou seja, a confluência dos momentos, onde os múltiplos relógios são usados de modo uniforme, na tentativa de homogeneizá-los a partir de múltiplos lugares e sujeitos sociais, gerando também a possibilidade de conhecimento do outro de modo instantâneo.

Apesar das novas possibilidades as Tecnologias da Informação e da Comunicação, as redes digitais, carregam uma flagrante contradição em função de suas características intrínsecas e de sua história, apontando por um lado, uma dinâmica que se adequam às necessidades da acumulação capitalista e aos interesses hegemônicos. Santos (2000), considera que o tempo real é um tempo de exclusão funcionando e assegurando privilégios a poucas pessoas, mas, sobretudo é representado como motor único da história do século XX. Esse padrão único no que se refere a mais - valia é abstrata, e na verdade gera competitividade sem escrúpulos entre as empresas conduzindo-as a inovação exagerada de tecnologias que desvalorizam a condição humana.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA e TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

Os avanços dos processos de globalização vão delineando novos objetivos presentes nas políticas públicas de EAD. O antigo binômio educação e desenvolvimento vai se transformando paulatinamente em educação, desenvolvimento e cidadania constatando-se um avanço na cidadania mas, também, da cidadania que passa prioritariamente pelo mercado. O sentido da cidadania como mera expressão da força de trabalho, significa que a sociedade não foi capaz de garantir a sua universalização e o sistema educacional do Estado, organizado como uma nova alavanca de compensação da desigualdade de oportunidade de uma sociedade de classes, ao proclamar a educação como direito do cidadão, se contrapõe a suas premissas uma vez que a questão das desigualdades é antecedente e ao mesmo tempo extrapola o mercado.

Do ponto de vista dos padrões de consumo, que fazem ponte entre os mundos da produção e da vida, segundo Bolaño e Lima (1999, p.8) “ a nova estrutura do sistema aponta para o crescimento relativo dos setores de serviços ligados à cultura e ao lazer. Neste contexto, a importância da informática na vida das pessoas é inquestionável, sendo portanto, a informatização geral da sociedade capitalista uma tendência avassaladora, que marca profundamente este início de século, levando à generalização de um tipo de sociabilidade centrado na comunicação eletronicamente mediada. Trata-se de algo qualitativamente distinto do que ocorria com a expansão dos grandes meios de comunicação que garantiram o poder das indústrias culturais, especialmente da chamada televisão de massa, durante o século XX”.

Nesse contexto, o papel da EAD é de fundamental importância, uma vez que o caráter interativo dos novos meios traz imbutido evidentemente, as possibilidades de novas formas de subjetividade e de socialização. Nessa direção é possível que a inserção das TIC às situações educativas produzam novos sentidos, uma vez que a interação com objetos culturais distintos impulsionam novas operações simbólicas, incidindo frontalmente na formação dos sujeitos. Em definitivo, as TIC podem não consistir apenas na mera incorporação de uma ferramenta auxiliar ao ensino, numa perspectiva tradicional, apontando em especial para uma comunicação horizontal liberadora.

Isto significa que a democratização do conhecimento não se refere apenas a difusão/consumo do produto, mas a participação no processo de mundialização, o que incidirá numa reorganização do processo como um todo, da produção à gestão

dos conhecimentos. No caso específico da EAD é de importante pensar no processo de produção e circulação do conhecimento. Qual o papel do professor, do tutor, do aluno e do material, e mais que isso, quais as mudanças que ocorrem no processo de produção do trabalho intelectual, a fim de que o processo de subsunção do trabalho intelectual não reduza o processo de produção de sentidos a uma mera ação de controle.

Talvez pensar desse modo a EAD, seja possível através da inserção das TIC contribuir para a constituição de novos espaços de conhecimento que favoreçam à construção do processo de democratização e de universalização da educação, uma vez que a possibilidade de acesso a estes artefatos cada vez mais, marca uma fronteira entre a inclusão / exclusão dos sistemas produtivos do mercado de consumo inclusive, do trabalhador da educação. A forma capitalista atual não permite que essa potencialidade se realize em sua plenitude, ela apenas e contraditoriamente, abre possibilidades.

Pensar um plano de cooperação local/regional/mundial através da EAD pode ser um conceito de referência, com ênfase nas necessidades locais. O principal neste processo, é a possibilidade de experimentação/inação através de Projetos e políticas em EAD, cuja concepção de educação tenha como base a experiência formativa e o trabalho cultural como elemento de mediação, configurando-se um processo de produção e socialização de conhecimentos amplo e plural através da rede digital.

Avançar com políticas públicas de universalização e democratização da educação concomitantemente a inserção das políticas de inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação nas escolas. Proporcionar debates teóricos críticos acerca das possibilidades e limites da EAD nas diversas áreas de conhecimento, e não apenas fazer marketing de pacotes instrucionais em EAD, como soe acontecer nos Congressos locais, nacionais e Internacionais.

Pensar a EAD como uma prática social estruturante, transformadora e portanto crítica, elemento de um projeto político social e portanto, local/regional/mundial como prioridade e possibilidade social, abrangendo os diversos níveis de ensino, discutindo a questão do financiamento e alocação dos recursos públicos. (não só compensatório, sucedâneo do presencial e que permite acesso, economia e rapidez, sob a ótica do mercado).

Pensar a Política de EAD como uma política de Educação e Comunicação e não um ajuntamento de ações fragmentárias acerca de tal processo educativo trazendo-a para o âmbito do Fust e, propondo ações sociais que pressionem o legislativo e executivo neste sentido.

Refletir sobre o processo de trabalho pedagógico em EAD, como um trabalho intelectual, cultural, qualificado dos educadores e não como suporte das atividades pedagógicas, o que remete ao campo das políticas de formação dos profissionais da EAD, dos Cursos das Licenciaturas, das Universidades e dos Institutos de Educação.

Propor uma gestão da EAD horizontalizada, capilarizada e cooperativa através das redes, ressignificando as funções Unirede, Rnp, Internet 2 no que diz respeito as possibilidades de Produção de conhecimentos em EAD. O papel da Pesquisa é de suma relevância, consubstancializando-se através de experiências com ênfase nas questões locais, e as universidades Universidades podem e devem exercitar o seu compromisso com o social a partir dessas novas possibilidades, estimulando os Cursos de Pós-Graduação, a construção de bibliotecas Virtuais entre outros.

Articular ações com a sociedade civil, movimentos sociais e outros ampliando as possibilidades reais de universalização e democratização das Tecnologias da Informação e Comunicação é imprescindível na construção de uma Sociedade da informação, para que esta se concretize de fato e supere os seus limites.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLAÑO, C. R. S. e LIMA, M. de F. M. Educação à Distância e Tecnologias da Informação e da Comunicação : um trabalho intelectual. Comunicação apresentada na III Jornada de Educación a Distancia Mercosur/ Sul, Osorno, Chile, no período de 30 de setembro a 2 de outubro de 1999.

CHESNAIS, F. A mundialização do Capital. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996

FONSECA, M. "O Banco Mundial e a Educação à Distância" In . Globalização & Mercado de trabalho, tecnologias de comunicação , educação à distância e sociedade planetária / Org. Nelson de Luca Pretto. - Ijuí: UNIJUI, 1999

GARNHAM, N. Capitalism and Communicatioa: global culture and economics of information, 1990, Sage, London

HARVEY, D. Condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo : Edições Loyola , 1992

IANNI, O Teorias da globalização , 2a edição , , Rio de Janeiro , Editora Civilização Brasileira 1996.

MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Sociedade da Informação - Livro Verde. Brasília, setembro de 2000, 203p.

NEVES, M. L. W. "Educação : um caminhar para o mesmo lugar." In. O desmonte da nação : balanço do governo FHC. / Ivo Lesbaupin (org.) Petrópolis , RJ : Vozes , 1999

ORTIZ. R. Mundialização e Cultura. 1a edição , São Paulo : Editora brasiliense , 1994

PRETTO, N. de L. Políticas Públicas Educacionais : dos materiais didáticos aos multimídias. Trabalho apresentado na XXIII Reunião da ANPEd. Caxambu, Minas Gerais, 1999 no Simpósio sobre Novas formas de regulação e gestão da educação no Brasil: organismos internacionais e modelos instrucionais.

SANTOS, M. Técnica , espaço , tempo : globalização e meio técnico-científico informacional. 2a edição , São Paulo : Editora Hucitec , 1996.

TAPIA, J. R.B. A trajetória da Política Brasileira de informática (1977-1990) : atores, instituições e estratégias , São Paulo, Campinas : Papyrus-Editora da Universidade de Campinas, 1995.

VILAS, C.M. "Seis idéias falsas sobre globalização". In Estudos de Sociologia , Revista Semestral do Departamento de Sociologia e programa de Pós-Graduação em Sociologia FCL-UNESP , Ano . 3 n. 6 -1o semestre de 1999 Araraquara , São-Paulo.